



Diário Oficial

Poder Legislativo

2ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 25 DE NOVEMBRO DE 2004

N.º 3377

MESA DIRETORA

Presidente: Sérgio Oliveira
1º Secretário: Ronald Polanco
2º Secretário: Moisés Diniz
3º Secretário: Francisco Viga
4º Secretário: Delorgem Campos

ÍNDICE

ATOS DA MESA DIRETORA	Pág. 2
ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO	Pág. 2
ATOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO	Pág. 3
EXPEDIENTE	Pág. 4
PEQUENO EXPEDIENTE	Pág. 4
GRANDE EXPEDIENTE	Pág. 6
DIVERSOS	Pág. 11
CONTRACAPA	Pág. 12

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, PE. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA, do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS, do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, do PSDB; JOSÉ VIEIRA, do PFL; JOSÉ BESTENE, do PP; LUIZ CALIXTO, do PDT; NOGUEIRA LIMA, do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS, do PPS.

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Deputado Juarez Leitão
BPM - Deputado Elson Santiago
BSC - Deputado José Luis
BLT - Deputado Hélio Lopes
PMDB - Deputada Antônia Sales
PSDB - Deputado Luiz Gonzaga
PFL - Deputado José Vieira
PP - Deputado José Bestene
PDT - Deputado Luiz Calixto
PSC - Deputado Nogueira Lima
PPS - Deputado Tarcísio Medeiros
PTB - Deputado Roberto Filho
Líder do Governo - Deputado Edvaldo Magalhães

Atos da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO N. 148 /2003

"Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Acre e para usufruto da comunidade, a Ouvíndoria do Poder Legislativo".

FACIO SABER, que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE aprova e a Mesa Diretora promulga o seguinte:

Art. 1º A partir da aprovação do presente instituto legal, fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa e para usufruto da sociedade como um todo, uma **Ouvíndoria do Poder Legislativo**, cujos objetivos e normas de funcionamento ficam aqui discriminados.

Art. 2º Compete a **Ouvíndoria do Poder Legislativo** receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as representações ou reclamações dos cidadãos sobre:

I – ilegalidades ou abuso de poder imputados a qualquer agente político ou servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, nessa condição;

II – violação ou qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais;

III – mau funcionamento do processo legislativo ou dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa;

IV – assuntos veiculados pelo sistema 0800 de atendimento à população, através de correspondências comuns, ou por meio dos sistemas de informação em conexão via internet.

Art. 3º É papel da **Ouvíndoria do Poder Legislativo**, após observar a consistência das alegações, tomar as seguintes providências:

I – propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

II – propor as medidas necessárias à regularidade do processo legislativo e dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa;

III – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, aos órgãos policiais ou ao Ministério Público Estadual as informações pertinentes a matérias de competência dessas instituições;

IV – responder aos cidadãos e às entidades interessadas quanto às providências tomadas pela Assembleia Legislativa em face das informações e/ou alegações que tenham sido levadas ao conhecimento da **Ouvíndoria do Poder Legislativo**;

V – realizar audiências públicas a respeito de assuntos de sua competência; e

VI – propor, quanto cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinados a apurar as irregularidades de que tenha conhecimento através das vias acima descritas.

Art. 4º A **Ouvíndoria do Poder Legislativo** será composta de um Ouvidor Geral e um Ouvidor Geral Substituto, designados dentre os deputados pelo Presidente da Assembleia Legislativa, e com mandato de dois anos, vedada a recondução.

Art. 5º O Ouvidor Geral, no exercício das suas atribuições, poderá:

I – solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor da Assembleia Legislativa;

II – ter vistas, no recinto da Assembleia, de proposições legislativas, atos e contratos, bem como quaisquer outros documentos que entenda necessários.

III – requerer ou promover as diligências e investigações que entender cabíveis.

Parágrafo único – A demora injustificada em responder às solicitações feitas ou na adoção das providências requeridas pelo Ouvidor Geral enseja a responsabilidade do agente responsável.

Art. 6º A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa assegurará à **Ouvíndoria** o apoio necessário ao desempenho das suas atividades.

Art. 7º A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa expedirá os atos regulamentares necessários à execução desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",
 28 de maio de 2003.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 156 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Deputada Antonia Sales, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; para, na cidade de Londrina – PR, nos dias 27 a 30 de novembro do corrente ano, tratar de assunto do Poder Legislativo Acreano.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

22 de novembro de 2004.


 Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário


 Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

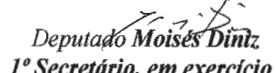
Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA N. 218 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.413/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora Francisca das Chagas Costa da Silva, Agente de Op. de Fotocopiadora, CL. "B", CÓD. PL-NE-501, Ref. 11, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembleia, quinze dias de Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 3/11/2004 a 17/11/2004, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 18 de novembro 2004.


 Deputado Moisés Diniz
 1º Secretário, em exercício

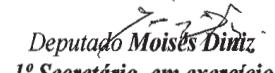

 Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

PORTARIA N. 218 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.414/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora Tonia Mara Castro, Telefonista, CL. "C", CÓD. PL-NB-406, Ref. 25, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembleia, sete dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família, a contar de 3/11/2004 a 9/11/2004, nos termos do art. 127, da Lei Complementar nº 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 18 de novembro de 2004.


 Deputado Moisés Diniz
 1º Secretário, em exercício


 Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

PORTARIA N. 219 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.444/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora Walderiza Lopes Lima, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-312, Ref. 32, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembleia, quinze dias de Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 11/11/2004 a 25/11/2004, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 25 de novembro 2004.


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

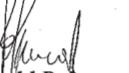

Carlos Augusto Coelho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N.º 220 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.446/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede o servidor **José Maria Vieira Neves**, Agente de Segurança, CL. "B", CÓD. PL-NB-401, Ref. 24, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, **quinze dias de Licença para Tratamento de Saúde**, a contar de 25/10/2004 a 9/11/2004, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 25 de novembro 2004.


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário


Carlos Augusto Coelho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N.º 221 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.398/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Eliete Diogo Magalhães**, Auxiliar Legislativo CL."B", CÓD. PL-NB-402, Ref. 25, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 1º/12/2004 a 30/12/2004, nos termos do art. 36, da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 25 de novembro de 2004.


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário


Carlos Augusto Coelho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N.º 222 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, concede 120 dias de Licença à servidora **Maria Celene Mesquita da Costa**, no período de 22.10.2004 a 18.2.2005, de conformidade com o inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição Brasileira, § 2º, do art. 30, da Constituição Estadual e art. 112, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 25 de novembro de 2004.


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário


Carlos Augusto Coelho de Farias
Secretário Executivo

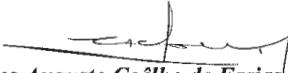
PORTARIA N.º 223 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.443/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Dinah Lima Baima**, Datilógrafo, CL."B", CÓD. PL-NM-304, Ref. 32, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, **nove dias de Licença para Tratamento de Saúde**, a contar de 16/11/2004 a 24/11/2004, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 25 de novembro 2004.


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário


Carlos Augusto Coelho de Farias
Secretário Executivo

Atos do Secretário Executivo

PORTARIA N.º 224 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Lotar, na Coordenadoria de Serviços Gerais, o servidor **Antonio José Malveira da Silva**, pertencente à categoria funcional de Servente, CL. "B", CÓD. PL-NE-302, Ref. 12, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, a partir do dia 25 de novembro do corrente exercício.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco- Ac, 25 de novembro de 2004.


Carlos Augusto Coelho de Farias
Secretário Executivo

82ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 25 de novembro de 2004

Presidência: Deputado SÉRGIO OLIVEIRA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, JOSÉ LUIS do BSC; ROBERTO FILHO do BLT; CHAGAS ROMÃO do PMDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; FRANCISCO VIGA do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL do BLT; ANTONIA SALES do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Projeto de Lei N. 54/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, o qual “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Bispo Dom Henrique Rüth”.

Pequeno Expediente

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, povos na galeria, hoje, eu e a Deputada Naluh Gouveia tivemos a oportunidade de conversar com os flanelinhos, assim que chegamos a esta Casa. E logo em seguida, eles formaram uma comissão e ficaram aguardando os outros Deputados chegarem para participarem de uma reunião com o Secretário de Segurança, Fernando Melo a fim de exporem o problema que está acontecendo com os flanelinhos.

Eles nos falaram que há vários anos trabalham próximo à Assembléia Legislativa. Isso é verdade. Eu, por exemplo, vou completar meus quatro anos de mandatos, e conheço vários deles. Há funcionários desta Casa que deixam a chave do carro com eles. E fazem isso há mais de dez anos. A maioria dessas pessoas trabalha para dar condições de sobrevivência a sua família. E o que mais nos causou surpresa, Senhores Deputados, foi que eles disseram, que quatro deles, Deputados Pe. Valmir, para V. Ex^a ter uma idéia, foram algemados e levados para delegacia. Então, eu perguntei-lhes por qual motivo eles foram presos. Existem tantos bandidos soltos por aí, assaltantes, traficantes, pessoas que merecem estar presas. E eles estavam apenas trabalhando. Eu tenho certeza que nenhum Deputado é favorável a essa medida. Somos a favor de vocês, e queremos que continuem trabalhando naquele local, para que possam continuar sustentando as suas famílias através desse trabalho. Até porque o Governo do Estado não tem gerado emprego para pessoas sem estudo como os flanelinhos.

Não podemos aceitar que pessoas sejam presas, sem nenhum motivo, sem nenhuma razão. Sabemos que em todos os setores existem pessoas de má índole, assim como tem no meio de vocês. Tentando resolver esse problema, nós pedimos uma audiência com o Secretário de Segurança, formamos uma comissão dos flanelinhos que aqui estão presentes e convidamos todos os Deputados que quiserem ir, porque será de grande ajuda. Quero dizer que foi a Deputada Naluh Gouveia quem fez todos os contatos para a realização dessa reunião. Eles disseram para mim e para a Deputada Naluh Gouveia que, eles falaram para o Delegado que têm despesas, compromissos e dívidas, principalmente agora no final do ano que é quando eles faturam um pouquinho mais. E o Delegado respondeu-lhes dizendo: isso Senhores Deputados, não é vocês tirando-os daqueles local, que resolveremos esse problema. Então nós temos que ter algumas alternativas. Por exemplo: se vão tirar os flanelinhos daqui, que são aproximadamente uns sessenta ou setenta, vão colocá-los onde? Eles vão fazer o que? Da mesma forma estão fazendo com os camelôs. Eu assisti num programa de televisão, que hoje, os fiscais da Prefeitura vão fazer um arrastão, por isso os camelôs tiveram que sair daqui da praça para se esconderem; mas vocês que não podem sair.

Eu lembro que numa conversa com um amigo meu, que é segurança da Assembléia Legislativa, ele me dizia que em Goiânia há vários pontos, que o governo ou a prefeitura fez para os flanelinhos, e até foi colocada uma bomba d'água para eles trabalharem. Então, Deputado Pe. Valmir, por que não fazem isso aqui também. É só dividirem os pontos, pois há vários locais aqui em Rio Branco que eles podem trabalhar.

Em uma conversa que eu tive com eles, eu lhes disse que o lugar correto para vocês recorrerem é aqui mesmo, na Casa do povo. Pois, eles vocês ajudaram a eleger vários Deputados que aqui estão. Então, eu lhes disse: peçam aos Deputados em quem vocês votaram para que os ajudem. Então, digam-lhes que querem trabalhar, e que se forem tirá-los desse local, que os coloquem em outro, porque vocês não podem voltar para suas casas e verem seus filhos passando fome. Deputado Pe. Valmir, o nosso discurso é no sentido de chamar

a atenção dos Senhores Deputados para o problema dos flanelinhos. Hoje, o mais importante é irmos até o Secretário de Segurança, para dizer-lhes que um Delegado não deve algemar pessoas que só querem trabalhar.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu estava viajando pelo Vale Juruá e quando soube do ocorrido com os flanelinhos. Queria parabenizar a Deputada Naluh e o Deputado Tarcísio por terem recebido esses rapazes e eu quero me colocar à disposição dos Senhores para ajudá-los a encontrar uma solução para esse caso. Eu soube que o prazo que o Delegado deu para os flanelinhos saírem das ruas é até amanhã, mas, com certeza iremos resolver isso hoje, juntamente com os demais Deputados aqui da Assembléia. Se por acaso algum flanelinha for preso, eu irei também, aí eu quero ver se esse Delegado terá a coragem de prender um Deputado. Isso é molecagem.

Deputado Edvaldo Magalhães, o termo de comparecimento, em linguagem popular, intimação, não está nem assinado por nenhuma autoridade policial, escrivão ou Delegado. Mas os flanelinhos assinaram quando lhes foi apresentado. Esse documento, Presidente, não vale nada, porque não está assinado.

Se existem problemas isolados de alguns companheiros, vamos tratar. O Estado pode encontrar uma solução através da Secretaria de Ação Social e não da Polícia. Esse é um problema social. Vamos arranjar uma roupa adequada, uma camiseta branca com nome, expedir uma carteirinha para os flanelinhos, que a partir daí, quando alguém estacionar seu carro, ele se apresenta: “Senhor, minha carteira; posso cuidar do carro? Posso lavar o carro?” E está resolvido o problema. Não se resolve com polícia.

Eu queria propor ao Líder do Governo, que para valorizar o Poder Legislativo e para reparar este erro, convidássemos o Secretário de Segurança, para vir aqui na Assembléia, para discutir esse problema juntamente com os Deputados e os flanelinhos. Embora não tenha sido um erro do Governo, pois o Governador jamais se envolveria num caso desses, temos que buscar uma solução. Não podemos permitir que um Delegado tome uma decisão, e o Diretor Interino de Polícia, querendo mostrar serviço, aja com os flanelinhos como deveria agir com os grandes traficantes e não o faz.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, o Acre realmente produz algumas situações inusitadas, como o Deputado Moisés Diniz tão bem qualificou.

É bem verdade que eu não gostaria que um dos meus filhos fosse lavador ou guardador de carros, flanelinhos popularmente conhecidos. Eu gostaria que eles tivessem uma profissão pela qual eles pudesse aferir uma renda todo mês. Deputado Tarcísio Medeiros, como bem disse o Deputado Moisés Diniz, esse ato de mandar prender os flanelinhos é mais um ato de molecagem e não adianta eximir o Governador desta situação, já que o Diretor Geral da Polícia, afirma não estar nem sabendo do caso. V. Ex^as. me desculpem, mas o cargo que ele ocupa é de confiança do Governador, que dá as ordens determinadas por um planejamento estratégico.

Portanto, se o Secretário da Segurança vier aqui nos dizer que não tomou conhecimento dessa ação, serei obrigado a dizer que ele é no mínimo relapso. Ao invés do Governo se preocupar em criar oportunidades para os jovens, adultos, homens e mulheres resolveu perseguir os flanelinhos.

Na próxima semana, nós vamos votar o Orçamento do Estado, que destina verba para publicidades e outros setores que poderiam ser direcionados, por exemplo, para gerar bolsas a estudantes. Porém o Governo prefere enganar os acreanos com suas propagandas falsas e mentirosas. E, além disso, enganar o restante do país.

Desde que eu me entendo por Deputado, que eu escuto falar que o Governo está investindo e criando possibilidades para que se gere emprego no nosso Estado. Mas não para os jovens, talvez para os pais deles.

Na revista Isto É, desta semana que tem como capa o Ex-Ministro do Planejamento, Guido Mantega, foi perguntado a ele, Deputado Tarcísio Medeiros, quais os planos que ele teria para combater, de forma competente, os problemas de sua pasta. Dentre as respostas que deu ele citou a questão da AIDS e a intenção de inaugurar uma fábrica de preservativos no Acre, usando a borracha produzida pelos seringueiros da região.

Porém, só se propõe a inauguração de uma obra quando, pelo menos se assenta um tijolo no local, portanto isso é conversa fiada. As promessas que no ano de 2006 vai se fazer isso, que em 2010 vai se fazer aquilo, já não estão mais convencendo ninguém. Outro dia mandei minha assessora pesquisar o edital no qual o Governo pretendia contratar a empresa que iria construir a tal fábrica de camisinha e, para minha surpresa, esse estudo de viabilidade econômica, foi cancelado! No entanto, o Governo prega no restante do país, através da imprensa nacional, que vai inaugurar essa fábrica. Então, esse Governo engana a todos quando diz que vai construir fábricas, auxiliar os seringueiros na compra da borracha e que vai gerar empregos. Como bem disse o Deputado Moisés Diniz, é molecagem do Governo, criar falsas expectativas, e divulgar para o restante do País que este Estado não tem problemas.

Seria bom, que a revista Isto É, que publicou essa mentira, também desse uma notinha, para dizer, que ao invés de gerar alguns empregos para os nossos jovens, que ao invés de fazer investimentos para melhorar a condição de vida do nosso povo, o Governo manda seu diretor de polícia algemar crianças.

Ora, Senhor Presidente, eu estou apenas repetindo tudo aquilo que foi dito. Eu não estava nem em Rio Branco. Cheguei, ontem, de madrugada e fiquei sabendo que o diretor de polícia mandou prender todos os flanelinhos. É bem verdade que eu gostaria que vocês saíssem das ruas. Eu gostaria que não tivessem crianças nas esquinas pedindo e nem moças na Rodovia Chico Mendes, nas esquinas dos colégios, vendendo seus corpos em nem trocando-os por um prato de comida. Eu gostaria sinceramente que isso não ocorresse, mas para tanto, seria preciso que o Governo parasse de mentir e começasse a agir.

(Sem revisão do orador)

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros flanelinhos, sinceramente eu não quero polemizar esse assunto que para mim é muito sério. Muitos de vocês são meus amigos. Quando eu passo vocês dizem, “Naluh, dá um dinheirinho para a gente comprar um lanche?”. Eu até brinco e algumas vezes eu não dou, mas sei que vocês precisam porque fazem um trabalho honesto.

Eu concordo com o Deputado Luiz Calixto quando ele diz que vocês são flanelinhos porque não tiveram oportunidade de estudar, alguns até tiveram, mas jogaram fora; outros exercem essa função por falta de emprego. Agora o que eu acho triste, Senhor Presidente, e que me afeta muito e tenho certeza que a todos os Senhores, pois a história de alguns Deputados não é diferente porque muitos vêm de família humilde, porém o tratamento dispensado ao pobre, é impressionante, meu Deus! São ministrados cursos de direitos humanos, inclusive, por pessoas de fora e essa situação não muda. Falo isso porque sei que se fosse uma pessoa com dinheiro, não teria sido algemada e presa. O tratamento para quem tem dinheiro é um para quem não tem é outro. Os flanelinhos são tratados com preconceito, porque se imagina que todos são cheiradores de cola ou consomem drogas. Porém, eu conheço meninos que há mais de dez anos cuidam dos carros dos funcionários da Assembléia que são carros caros, e fazem o seu trabalho com a maior responsabilidade. Todos sabem que em Rio Branco essa questão de estacionamento é complicada, um verdadeiro caos. Aqui no centro então, o problema é gravíssimo. Por esse motivo, funcionários daqui da Assembléia, e inclusive o Deputado Sérgio Oliveira, intercederam por eles. Pediram para que eu os recebesse e eu falei que não ficasse preocupados porque com certeza, iríamos recebê-los. O Deputado Tarcísio se aliou a mim, não só ele, mas todos os Deputados que se sensibilizaram com a situação.

Eu gostei da atitude do Governo do Estado quando procurou resolver a questão dos engraxates, exemplo que poderia ser seguido agora com o caso dos flanelinhos. É preciso encontrar

solução para esse problema porque muitos aqui são pais de família e com apenas R\$ 25, ou R\$ 40 reais que ganham exercendo essa função compram comida para sobreviver. Então o Governo precisa urgentemente encontrar uma alternativa porque o que eu falei para eles, é que com a Prefeitura não se consegue nada, pois a administração da Prefeitura lavou as mãos e esqueceu Rio Branco. A cidade está entregue as baratas e aos ratos, é uma sujeira só. Esses últimos dias então, acho que até desistiram da Prefeitura.

Hoje quando saí de casa um Senhor, morador daquele bairro chamado Tucumã que parece ter sofrido um bombardeio por parte dos Estados Unidos e que está parecendo o Iraque, me disse: “Naluh, pelo amor de Deus, tu já viu o lixo daqui do Tucumã?” Eu disse que não se pode fazer nada, o que podemos fazer, matar o Prefeito? Não claro que não.

Os Flanelinhos têm a informação de que amanhã a Polícia vai sair as ruas prendendo todos que estiveram guardando carros. Sendo assim, como eles farão para comer e manter suas famílias? Então a primeira medida que tomaremos é tentar resolver essa questão com o Secretário de Segurança Pública. Inclusive, o Deputado Edvaldo Magalhães ligou para o Secretário e a reunião será aqui, ao meio-dia para junto com os Deputados, discutir essa questão. Depois, temos que nos reunir com a Secretaria de Ação e Cidadania para ver se juntos encontramos uma saída.

Quando o Angelim assumir, nós temos que procurá-lo para tentar encontrar alternativas. Nós que elegemos o Angelim, não podemos nos furtar ao direito de também tentar resolver os problemas, porque não vai ser fácil Deputado Edvaldo, para o novo Prefeito, porque a cidade está um caos. No bairro Cidade Nova, existe um buraco que fica em frente a casa de um assessor que trabalha comigo que está tomando a rua toda.

Senhor Presidente quero dizer que também conversei com os flanelinhos e sabemos que entre os bons sempre há picaretas. Por esta razão deve haver um cadastramento dos flanelinhos.

Acabo de chegar de uma assembleia da educação, onde foi decidido que não iniciaremos o ano letivo de 2005.

Para concluir, hoje às onze horas, receberemos algumas mulheres importantes para o nosso Estado porque 25 de novembro é o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, e estar aqui com estas companheiras, lendo um documento que está sendo lido em todo mundo, para mim é uma honra.

(Sem revisão do orador)

Deputado PE. VALMIR FIGUEREDO (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Senhores devem se lembrar que no início deste ano fizemos uma pesquisa e constatamos que diariamente são estacionados mais de mil carros nessa área da Polícia Militar até a Catedral, até 11 horas. Os donos desses carros dão dez, vinte centavos, outros não dão nada para os meninos.

Eu já falei com o Prefeito a respeito desse problema e ele disse que está sendo resolvido; que virá para cá uma empresa para monitorar esse trabalho. Esse sistema de zona azul já foi implantado em São Luiz, no Maranhão, e ocupou o lugar dos principiantes. Isso está me cheirando a capitalismo, dinheiro Deputada Naluh! Existem pessoas querendo ganhar muito dinheiro às custas dos carros que são estacionados no centro da cidade.

Infelizmente, o meu pedido em favor dos flanelinhos não foi atendido. Tive um contato com eles e em seguida, em nome deles tentei, mas não fui atendido, pois o problema envolve também a Câmara de Vereadores. Eles é que deveriam tomar essa iniciativa, para que essa situação não chegasse ao ponto que chegou. Não levaram a sério o pedido dos meninos, e hoje, a questão está mais séria, com crianças sendo presas.

Portanto, quero me somar a eles, a Deputada Naluh e ao Deputado Moisés; a Assembléia e dizer que sou solidário a essa questão e lamento que tenham sido presos, sem nenhuma defesa. Isso não é justo. Ninguém os defendeu; não havia Advogado, nem Defensor Público agindo por eles. Ninguém pode ser preso de modo arbitrário.

Então, eu espero que o nosso Prefeito Angelim, resolva a situação dos flanelinhos quando assumir. Que dê emprego digno a eles, mesmo guardando os carros, pois é um emprego que não faz vergonha a ninguém.

Em Nova Friburgo, RJ, as entidades sociais se reuniram e rateiam o dinheiro arrecadado mensalmente entre os idosos e crianças. O Poder Público não fica com nenhum tostão arrecadado pelos guardadores de carros.

Eu apoio a Assembléia que se envolveu nessa questão por se sensibilizar com esses garotos e homens que trabalham na rua e foram humilhados e taxados de marginais sem o serem. Não são ladrões, são trabalhadores e fazem um trabalho relevante: guardam os nossos carros.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheira Deputada Nalu, quero me associar aos nobres Deputados que estão empenhados em resolver essa questão dos flanelinhas que guardam veículos em frente o Quartel da PM e no centro da cidade.

Esse é um problema que vem se arrastando há muitos anos na capital. Eu trabalhei por 25 anos na PM e desde aquela época já tínhamos problemas com as crianças e jovens que trabalhavam em frente o Quartel. Certa vez, o Comandante, Cel. Gilvam, mandou tirá-los dali; prender se fosse o caso. Houve um constrangimento muito grande, pois alguns já faziam esse trabalho há muitos anos. Nessa ocasião eu trabalhava no almoxarifado do Quartel, e me lembro que eu sugeriu que se regularizasse a situação deles; que providenciasse uniformes, identificação etc, mas o Ministério do Trabalho não permitiu que fosse feito isso.

Agora, estamos vendo esse problema em foco novamente, porém, em maiores proporções. Eu acho que agora com essa intervenção da Deputada Nalu e Deputado Pe. Valmir e com o nosso apoio, o Prefeito Angelim, e o Governador Jorge Viana vão se interessar pelo caso e tentar resolvê-lo.

Em Goiânia esse trabalho é legalizado, os jovens usam farda e possuem um ticket que eles dão para os proprietários dos carros que eles guardam. Podemos tomar o sistema de Goiânia como exemplo, Pe. Valmir. Eu acho que dá para fazermos aqui como é feito lá. Aqui no Acre também têm muitos desempregados que precisam ter a situação legalizada. Mas prender essas pessoas que estão apenas fazendo o seu trabalho, eu acho absurdo Deputado Edvaldo. Se algum policial fez isso, eu acho que foi sem a autorização do comando, e se o comando autorizou foi pior ainda. Eu não creio que o Secretário de Segurança, Fernando Melo, mandou fazer isso. Portanto, devemos averiguar os fatos.

Ovi o depoimento da Deputada Nalu, quando disse que pretendia convidar o Secretário, para discutir o assunto. Eu acho uma iniciativa válida e que devemos levar em frente. Então, eu parabenizo a Deputada Nalu e o Deputado Pe. Valmir por terem se sensibilizado com esses jovens e tê-los trazido aqui, para buscarmos uma solução para o caso deles.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Atendendo Requerimento da Deputada Nalu Gouveia, o Grande Expediente de hoje será destinado a homenagear as mulheres do nosso Estado.

Está suspensa a Sessão. (PAUSA).

Está reaberta a Sessão.

Conforme Requerimento de autoria da Deputada Nalu Gouveia, iremos prestar uma homenagem ao Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher e já se encontra no Salão Azul da Casa a Secretaria da Mulher e também várias convidadas.

Solicitamos as lideranças Partidárias que acompanhem as nossas convidadas ao Plenário desta Casa.

Convidamos a Secretaria das Mulheres, Mara Vidal e também a Presidenta do Cedim, para fazerem parte da Mesa Diretora.

Com a palavra a autora do Requerimento, Deputada Nalu Gouveia.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros, eu quero saudar a Mara Vidal, Secretária da Mulher, a Cirlândia, Presidente da Casa do Estudante e demais convidados. Gostaria de lembrar a todos os presentes, que a Lei que instituiu o Conselho Estadual da Mulher, foi aprovada por todos os Deputados desta legislatura. Quero convidar as companheiras da Rede de Mulheres, a adentrarem neste plenário. Gostaria também, de registrar a presença do Eudes Lustosa, representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Moacyr Grechi.

Esse documento faz parte de uma campanha mundial, realizada pela ONU, alertando que o dia 25 de novembro será o Dia da Não-Violência Contra Mulheres. Inclusive tivemos uma reunião do Conselho, onde fui convidada para representar a Assembléia Legislativa, e nesse dia ficou acordado que leríamos esse documento aqui na Assembléia Legislativa, assim como está acontecendo nos Estados Unidos, na África, na Alemanha, em Brasília, São Paulo, para que estejamos todos unidos no combate a esse mal, que é a violência contra a mulher.

Dia 1º de dezembro é o dia Mundial de Luta contra a Aids e nós sabemos que nós mulheres somos as maiores vítimas, dessa doença. Já dia 6 de dezembro é a data que marca o Massacre de Mulheres em Montreal e aproveito a oportunidade para convidar a todos os presentes, para participarem da campanha do “Laço Branco”, que a Rede Acreana de Mulheres e Homens irá promover aqui em nosso Estado. Com a união de homens e mulheres daremos um basta nesta questão da violência. No dia 10 de dezembro é o dia Internacional dos Direitos Humanos e nós vamos estar realizando as nossas atividades, totalizando assim, dezesseis dias de ativismo.

Passarei a ler o documento, mas seria importante também que as companheiras aqui da Assembléia Legislativa, estivessem presentes, foi um lapso nosso não tê-las convidado, para ouvir a leitura desse documento, tão importante para nós mulheres:

“A Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, uma iniciativa do Centro para a Liderança Global das Mulheres (Center for Women’s global Leadership) realizada internacionalmente desde 1991 em aproximadamente 130 países, busca evidenciar que a violência contra as mulheres é uma violação aos Direitos Humanos. Por essa razão, o dia 25 de novembro – Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres – marca o início da Campanha e o 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos – seu encerramento.

Integram a Campanha o 01 de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a Aids e o dia 06 de dezembro data do massacre de mulheres de Montreal, que marca a Campanha Mundial do Laço Branco congregando homens pelo fim da violência contra as mulheres. A Campanha brasileira foi ampliada de maneira a incluir o Dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

A Campanha Mundial 16 Dias de Ativismo tem como slogan para 2004, Pela saúde das mulheres pela saúde do mundo, basta, de violência! No Brasil o trabalho se concentra no fortalecimento da auto-estima da mulher e seu empoderamento como condições para sair da situação de violência, adotando como slogan Uma vida sem violência é um direito das mulheres!

Ações referentes ao 25 de novembro, Dia Internacional pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, vêm sendo realizadas pelo movimento de mulheres, parlamentares e conselhos de direitos das mulheres todos os anos no Brasil, muitas vezes vinculadas à Campanha 16 dias de Ativismo.

A Campanha em 2003 aconteceu em âmbito nacional, com ampla articulação política e de mídia, impulsuada por uma parceria entre AGENDE (Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento), CLADEM Brasil (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), Bancada Feminina no Congresso Nacional e UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher). Em 2004 há um maior envolvimento das redes e articulações de mulheres brasileiras, de direitos humanos e de órgãos governamentais.

Compõem o comitê gestor a AGENDE, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Comissão do ano da Mulher no Senado Federal, a Comissão do Ano da Mulher na Câmara dos Deputados (Cemulher) e a Bancada Feminina no Congresso Nacional. A

Campanha conta com a parceria de redes e articulações de mulheres brasileiras e instituições públicas e privadas.

. Mobilizar e subsidiar os movimentos de mulheres para desenvolverem ações nos Estados fortalecendo o caráter nacional da Campanha.

. Desenvolver estratégia de comunicação política voltada para os meios de comunicação de massa, institucionais e veículos alternativos dos movimentos de mulheres e de direitos humanos e para veículos internos dos órgãos governamentais.

. Desenvolver ação política visando o comprometimento dos órgãos governamentais com o disposto sobre a temática na Constituição Federal e Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Estado Brasileiro.

. Estimular a realização de atos públicos nos Estados para dar maior visibilidade ao tema.

Para cumprir com estas estratégias a Campanha conta com os seguintes instrumentos:

. folder; cartaz; calendário destacando as datas importantes para o movimento de mulheres, feminista e de direitos humanos; adesivos; spots para rádio e outdoors.

Queria abrir aqui um parênteses, e pedir ao nosso Presidente da Assembléia Legislativa e demais Deputados desta Casa, que nesse dia 8 de março, que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, a Assembléia Legislativa entre, não com apoio, mas como uma das entidades permanentes do fórum que discute essa data; e esta Casa, companheiros, vem tendo muita sensibilidade com os assuntos referentes as mulheres. A Secretaria da Mulher, que pode esclarecer melhor que eu, pode falar sobre a aquisição de um canal de televisão, para os jovens e mulheres. A idéia é abrir um espaço com os movimentos sociais e a Secretaria da Mulher, para termos um programa dirigido por mulheres, onde serão apresentados e debatidos os nossos problemas.

Existem, em todo o Brasil, órgãos especializados em receber denúncias de casos de violência contra as mulheres. Integram essa rede: as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM's, cujo papel é investigar e tipificar crimes praticados contra as mulheres; as Delegacias comuns, os serviços de saúde, o corpo de Bombeiros e as Unidades Móveis da Polícia Militar, este último, em muitos casos, prestam o primeiro socorro às mulheres em situação de violência.

Os centros de Referência, Conselhos e Coordenadorias de Defesa da Mulher são locais de orientação responsáveis pelos encaminhamentos da Rede. Algumas ONG's também prestam apoio psicológico, orientação social e jurídica às mulheres em situação de violência. Em caso de grave ameaça, se a mulher não tem para onde ir, as Casas Abrigo oferecem moradia protegida e atendimento integral até que a mulher tenha condição de retomar o curso de sua vida.

Após denúncia, havendo a necessidade de adoção de medidas judiciais, as Defensorias Públicas e os serviços de prestação da assistência judiciária gratuita atendem mulheres que não podem pagar por um advogado.

As crianças crescem ensinadas que existem papéis e posturas diferenciadas de mulheres e homens. As meninas aprendem a assumir o papel da submissão perante os homens, que aprendem a desempenhar papéis de poder sobre elas. Daí que as mulheres têm menos recursos para se defender, já que se inserem na sociedade com menos poder político, condições econômicas mais limitadas e prestígio social mais baixo que os homens.

De 1, 2 bilhão de pessoas em todo o planeta vivendo abaixo da linha pobreza, com o equivalente a menos de 1 dólar por dia, 70% são mulheres. A participação feminina no mundo do trabalho é marcada por salários inferiores aos dos homens em iguais funções e por maiores dificuldades de fazerem carreira, conforme pesquisas realizadas pelo IBGE. No Brasil, as mulheres ocupam apenas 9% dos cargos de direção e de chefia das maiores empresas, segundo a pesquisa realizada em 2003 pelo Instituto Ethos.

No mundo, um em cada 5 dias de falta ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres em suas casas. A cada 5 anos a mulher perde um ano de vida saudável se sofre violência doméstica. A violência doméstica compromete 14,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina e Caribe, cerca US\$ 170 bilhões, no Brasil custa 10,5% do PIB.

Pesquisa realizada pelos Institutos NOOS e Promundo, que trabalham a temática da violência contra as mulheres sob uma perspectiva masculina, aponta para o fato de que alguns homens acreditam que podem recorrer a violência quando lhes são negados os “benéficos” de uma sociedade fundamentalmente patriarcal. Esta sociedade educa os meninos de maneira a acreditarem que têm o direito de esperar determinados comportamentos das mulheres, de utilizar abuso físico, verbal ou qualquer outra forma de violência caso elas não cumpram com suas “obrigações”, como cuidar da casa ou prover sexo.

Mulheres de grupos populacionais raciais ou étnicos que vivem em condições de opressão racial/étnica (indígenas e negras) quando submetidas à violência por sua condição de mulher, em geral, a esta se soma a violência racial. As estatísticas brasileiras não informam sobre esta questão. Mas pesquisas americanas revelam que a taxa de homicídios para mulheres negras é de 12,3 para cada 100 mil assassinatos, enquanto que a taxa para mulheres brancas é de 2,9 para 100 mil. Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais probabilidades de serem estupradas que as mulheres brancas. No Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos Senhores brancos sobre as negras e índias no período escravagista continua legitimando formas particulares de violência vividas por mulheres negras, como o turismo sexual e tráfico de mulheres. Isso reproduz o estereótipo da mulher negra sexualmente disponível, dotada de uma superexitação genética.

A Campanha Mundial de 16 dias de Ativismo tem como slogan para 2004, pela saúde das mulheres, pela saúde do mundo, basta de violência! Para destacar a relação entre saúde e violência. Segundo a Associação Americana de Medicina, o estresse produzido por viver em situação de violência constante, pode causar transtornos do apetite e sono, fadiga, déficit de atenção, disfunção sexual, dores abdominais e gastrintestinais, problemas ginecológicos entre outros sintomas. Profissionais de saúde apontam que enfermidades crônicas como asma, epilepsia, diabetes, artrites, hipertensão e doenças coronarianas são exacerbadas ou precariamente controladas em mulheres que sofrem violências.

Há ainda um outro agravante. Um parceiro violento pode usar do poder e controle dentro da relação para limitar o acesso a cuidados médicos de rotina ou de emergência, proibir a obtenção ou o uso de medicamentos e o prosseguimento de tratamentos médicos.

A violência contra as mulheres, portanto, é também um problema de saúde pública.

Estudos apontam que as mulheres submetidas à violência estão mais suscetíveis a contraírem o vírus HIV. Negociar sexo seguro, tanto com o parceiro quanto com um estranho é uma dificuldade para as mulheres. A violência e o medo tornam mais difícil esta negociação. Dados do boletim Epidemiológico Aids/2003 do Ministério da Saúde apontam que, no país, o HIV/Aids já atingiu 258 mil pessoas: 73 mil mulheres e 185 mil homens. Entre elas 55% têm de 20 a 29 anos. No início dos anos 80, a relação era de 25 homens para 1 mulher infectada. Hoje a relação é de dois homens para uma mulher infectada!

O HIV/Aids tem trazido riscos adicionais para as mulheres afro-descendentes, em especial das camadas mais pobres. Segundo o último censo do IBGE, 45% das mulheres brasileiras são negras (pretas e pardas) e, em termos de renda, ocupam a base da pirâmide sócio-econômica. Apenas recentemente o Sistema de Saúde começou a considerar as especificidades das mulheres negras. Somente a partir de 2002, por exemplo, o Ministério da Saúde passou a incluir o item raça/etnia na ficha de notificação do HIV/Aids.

Quero relatar, a título de informação, para os Senhores Deputados, de como foi a eleição para Prefeito em São Paulo. Lembro de uma cena muito triste que aconteceu com a Marta Suplicy, quando um estudante do curso de Direito jogou uma galinha nela. A eleição, Senhores não foi pela sua competência ou pelo trabalho que poderia ter sido feito, mas pela sua atitude, que com cinqüenta e poucos anos de idade, teve a coragem de terminar com um casamento de muitos anos e casar novamente na igreja, de uma forma belíssima. Então, a Marta não foi eleita pelo preconceito, por ser uma mulher que a vida toda soube qual foi a sua posição na sociedade.

Uma das mais inaceitáveis formas de discriminação sofrida pelas mulheres e a violência baseada no simples fato de ser

mulher interfere no exercício dos direitos de cidadania e na qualidade de vida das mulheres, limitando seu pleno desenvolvimento como humanos. Afeta ainda o desenvolvimento da sociedade em sua diversidade.

Mais do que o corpo, a violência atinge a alma, destrói sonhos e acaba com a dignidade das mulheres. Além da violência física, que vai de um empurrão a um espancamento, e a violência sexual, em que a mulher é obrigada a praticar atos sexuais que não deseja, inclusive com o próprio marido, existem também violências pouco conhecidas como a psicológica e a moral. Na primeira, a mulher é vitimada por meio de agressões verbais repetidas, que acabam com a auto-estima, já na segunda, o objetivo é fazer a mulher sentir-se desrespeitável. Há que mencionar ainda a violência patrimonial, levada a efeito por meio de ações ou omissões com o objetivo de dificultar as condições de subsistência e impedir o acesso das mulheres a instrumentos de trabalho, documentos, bens, valores, recursos econômicos ou direitos, criando obstáculos à sua autonomia.

Os diferentes tipos de violência podem ocorrer tanto na vida pública como na privada, sendo da mesma maneira responsabilidade do Estado e da sociedade. A violência doméstica contra as mulheres, praticada dentro do lar ou no espaço simbólico representado pelo lar, fundamenta-se em relações interpessoais de desigualdade e de poder entre mulheres e homens ligados por vínculos consangüíneos, de afetividade, de afinidade ou de amizade. A violência no trabalho, em que o agressor é o patrão ou chefe que usa de sua relação de poder hierárquico para obrigar a funcionária a manter com ele relações que não deseja. Há também a violência institucional, praticada nos órgãos prestadores de serviços públicos e perpetrada por agentes que deveriam proteger as mulheres vitimadas, garantindo-lhes uma atenção humanizada, preventiva e também reparadora de danos, mas são omissos e muitas vezes perpetuam a discriminação e violência contra as mulheres.

A campanha 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da violência Contra as Mulheres tem sido utilizada como importante estratégia de pessoas, grupos e organizações para promover a conscientização em âmbito local, regional, nacional e internacional sobre a violência contra as mulheres com uma violação aos direitos humanos; criar instrumentos de persuasão para que os governos implementem políticas públicas voltadas para a erradicação da violência contra as mulheres; demonstrar solidariedade às mulheres organizadas em um trabalho de promoção à não-violência em todo mundo.

Existem muitas formas de participar: divulgando a Campanha; promovendo debates, discussões e palestras sobre violência contra as mulheres; escrevendo artigos; participando de manifestações públicas; incluindo a temática em falas públicas e entrevistas; fortalecendo e incentivando grupos e organizações que trabalhem com mulheres em situação de violência, sempre enfatizando a relação entre violência e direitos humanos.

Os órgãos e entidades que participam dessa campanha são: "AGENDE, Comissão do Ano da Mulher Senado Federal, Comissão do Ano da Mulher CEMULHER - Câmara dos Deputados, bancada Feminina no Congresso Nacional, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Secretaria Executiva da Marcha Mundial de Mulheres no Brasil, Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, Movimento de Mulheres Campesinas – MMC, Rede de Mulheres do Rádio, Movimento de Mulheres da Amazônia – MMA, Coordenação Nacional de Mulheres da CONTAG, Rede nacional de Parteiras Tradicionais – RNPT, Rede Feminista N/NI de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero, União Brasileira de Mulheres – UBM, Secretaria Nacional da Mulher Força Sindical, Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – REDEFEM, Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB, Secretaria da Mulher da CGT, Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM, Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos – FENDH, Plataforma DhESC – Brasil, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Organização Pan-americana de Saúde – OPAS, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – RADIOBRÁS, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, Ministério de Minas e Energia, Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura – UNESCO, Secretaria Especial de Políticas para a Mulher – SPM, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, Ministério da Justiça – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC, Ministério de Minas e Energia – MME, Ministério das Comunicações – MC, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres – UNIFEM, Programa FOME ZERO, Petróleo Brasileiro SA, Petrobras, Furnas Centrais Elétricas, Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil".

Gostaria de dizer aos Senhores que aqui é um lugar de contradições, porque do mesmo jeito que muitas vezes as mulheres são tratadas de formas não combativas e sem respeito, por outro lado, os Deputados aceitaram que aqui nesta Casa seja o início desses 16 dias de Ativismo, que temos pelo fim da violência contra as Mulheres. É importante ressaltarmos que essa legislatura, por mais que tenhamos algumas divergências, sempre tem nos apoiando. Inclusive, quero dizer ao Presidente que nós estamos apresentando um Projeto de Lei, na terça-feira. E gostaria de dizer para V. Exa. da felicidade das companheiras da Secretaria das Mulheres, que nos ajudaram a elaborar esse Projeto, que tenho certeza que será aprovado por todos os Deputados desta Casa, pois é uma lei que institui um prêmio para nossa querida e amada companheira França, que tenho certeza, que está aqui em espírito, nos olhando, aplaudindo com aquele seu jeito carinhoso.

A idéia do prêmio é a seguinte: duas mulheres serão agraciadas com um diploma dado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia à companheiras que lutam a vida toda por essa causa. Os currículos devem ser encaminhados para serem avaliados pela Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Inicialmente, nós achamos que essa avaliação deveria ser feita pelo CEDIM e a Comissão de Direitos Humanos, mas como esse prêmio será dado pela Assembléia Legislativa, então serão os Deputados que farão a avaliação dos currículos.

(Sem revisão do orador)

Senhora CONCITA MAIA (Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou aqui, hoje, na condição de conselheira, representando a região Amazônica e não na condição de presidente. Bom dia aos membros da Mesa, à companheira e Deputada Naluh e a todas as companheiras de luta do Movimento de Mulheres e Movimento Feminista. A Deputada Naluh falou bastante e muito do que ela disse eu vou reafirmar. Antes de tudo, eu gostaria de dizer que esse não é um dia para ser comemorado; é um dia de luto, de luta, de denúncia e de cobrança.

Quero inicialmente comentar sobre um texto que, inclusive, a Deputada Naluh já se referiu que, com toda certeza, traduz o sentimento do segmento feminino. Seu autor diz que mais que ao corpo a violência atinge a alma, destrói sonhos, acaba com a dignidade das mulheres. Eu acho que é esse o sentimento que aflora em todos nós ao nos depararmos com situações de violência física, sexual, moral, psicológica. Essas duas últimas não tão conhecidas, não tão apropriadas pelas mulheres, mas que existem e são muito sutis e por isso mesmo são muito perversas.

Esse dezessete dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres é uma iniciativa do Centro para o Desenvolvimento Global da Mulher, e que existe desde 1991. Começou com 130 países e, hoje, tem uma amplitude geográfica muito maior.

Quero, em nome das mulheres, passar a informação que contém um documento que recebemos do Instituto Patrícia Galvão: uma pesquisa realizada pela Fundação Perceu Abrão, revela que a cada quinze segundos uma mulher é agredida. Estima-se que mais de dois milhões de mulheres são espancadas a cada ano, por maridos ou namorados, atuais ou antigos. Então, nós do Movimento de Mulheres achamos que esses dados estão sendo banalizados e achamos que alguma coisa precisa ser feita. Nós temos propostas concretas. Saímos de um processo esse ano, quando realizamos plenárias municipais junto à Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, de onde saíram propostas vinculadas a

vários temas que dizem respeito ao cotidiano das mulheres. A questão da violência foi muito discutida e saíram propostas concretas, inclusive, tentativas de acordos de interlocução com administradores e com os poderes constituídos que serão nossos parceiros nessa caminhada, nessa luta para erradicação da violência contra a mulher, uma vez que ela é um atentado aos direitos humanos. Isso precisa ser incorporado por homens e mulheres, adultos e crianças.

Nós temos o nosso documento e eu vou me deter apenas ao Estado do Acre e não aos outros Estados da Amazônia, mas que não são muito diferentes. Elaboramos propostas de criação de delegacias especializadas nos municípios do Estado do Acre, porque o ano passado nós já falamos sobre isso num determinado momento, quando estávamos reunidas e, lamentavelmente, nós não tínhamos nenhuma representação do Governo do Estado para nos ouvir. Nós visitamos alguns municípios, onde a violência realmente se torna mais perversa ainda, na medida em que ela é silenciosa e invisível.

Nesses 16 dias de ativismo, nós queremos ação. Nós queremos discursos, nós não queremos mais palavras. Queremos que nas delegacias especializadas dos municípios sejam imediatamente colocadas em prática as atividades do CEAVI - Centro de Atendimento à Vítima, que foi uma batalha incansável da Rede Acreana de Mulheres e Homens na pessoa da Companheira França, que eu tenho certeza que está aqui neste momento nos iluminando. Nós sabemos dos profundos desgastes que a Companheira França teve para que esse projeto fosse aprovado há quase um ano, mas não foi implantado. A falta de atividade do CEAVI é uma omissão pública, que nós do Movimento das Mulheres não podemos admitir, e aqui registramos como denúncia. Nós sabemos que as delegacias e os CEAVIS não são suficientes para solução, para o combate à prática da violência. Mas nós mulheres não vamos nos deixar fragilizar, nós estamos fortalecidas, estamos unidas e queremos dizer, não somente aos senhores e senhoras desta Casa, mas também relembrar às companheiras que o nosso compromisso é incondicional, portanto nossas cobranças e denúncias também, e que nesses 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher, vamos estar nas ruas, nas rádios, nos gabinetes, junto aos nossos companheiros gestores, administradores, junto a nossa companheira e administradora Secretária Mara Vidal, para que possamos realmente partir para ações completas e assim finalizar a cultura do discurso, de que um dia a violência terá fim. Para nós esse dia é hoje, esse basta é aqui e agora, porque nós acreditamos que é possível e necessário uma outra vida para a mulher, com dignidade.

Ainda sobre os CEAVI's eu pediria às companheiras que me acompanhassem para falar com o Secretário de Segurança Senhor Fernando Melo, até porque nós trazemos algumas notícias da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, para tentarmos recuperar as perdas.

O nosso calendário dos 16 dias de ativismo traz o seguinte tema: "Uma vida sem violência é o direito das mulheres!"; e nós temos nessa campanha parceiras como a Viviane, particularmente, e outras companheiras do MAMA, temos também o prazer de contar com a parceria de entidades e instituições nacionais e internacionais. Nós temos um calendário de atividades, é bom que todos os senhores desta Casa se apropriem dele porque traz as datas em que lutaremos mais aguerridamente, em relação, não somente à violência, mas à saúde e à geração de renda, etc. Eu espero que todos os senhores e senhoras se interessem e se for o caso, nós do MAMA podemos mandar um calendário para cada gabinete. Foi bom a Deputada Naluh enfatizar o tema da nossa campanha: "Uma vida sem violência é o direito da mulher!". E nós queremos registrar que nós do Movimento das Mulheres estamos fazendo a nossa parte, não só na denúncia e na cobrança, mas estamos agindo de fato. Começa amanhã o 3º Fórum da Região Norte de Assistência às Mulheres em Situação de Violência Sexual e doméstica. A escola Armando Nogueira, será o local onde nós discutiremos essas questões relacionadas à violência sexual e doméstica, identificando estratégias e parcerias para avançar nessa luta.

Eu acredito que são essas as informações mais importantes do Movimento de Mulheres e peço que me perdoem se eu esqueci alguma coisa. Espero ter falado por todas vocês aqui.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Queremos registrar a presença do Deputado e Secretário de Segurança, Fernando Melo.

Com a palavra a Secretária da Mulher, Sra. Val.

Sra. VAL (Representante da Rede Acreana de Mulheres e Homens) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, membros da Mesa, bom dia a todos os presentes, é com muito prazer que eu estou representando a Rede Acreana de Mulheres e Homens, enquanto comitê gestor da campanha do Laço Branco a nível nacional, que é um dos parceiros nesses dezesseis dias de ativismo pela não violência às mulheres.

Esse tipo de violência tem sido uma batalha constante no Movimento de Mulheres e da Rede Acreana de Mulheres e Homens em especial, que atua no Estado desde 88.

Gostaria de registrar que a campanha do Laço Branco veio para cá em 2002, puxada pela Rede Acreana e é a única da Região Norte, que faz parte desse comitê gestor. No dia seis de dezembro estaremos fazendo uma atividade. Esse é o dia que algumas mulheres foram massacradas em Montreal, por um rapaz que estudava numa escola politécnica e não aceitava que mulheres fizessem o curso de Engenharia Civil, que era estritamente de homens. Esse rapaz pediu que os homens saíssem de sala de aula e matou as quatorze mulheres que estavam presentes. Nesse seis de dezembro estaremos fazendo uma passeata lembrando esse massacre, e eu gostaria de convidar os membros da Assembléia para participarem desse ato, que será organizado pela Rede Acreana de Mulheres e Homens.

A companheira Concita se referiu ao CEAVI, cujo Secretário está presente e sabe dos problemas que aconteceram para que esse órgão não esteja funcionando como deveria, atendendo as vítimas de violência. Quero entregar ao Presidente, à Secretária Maria Vidal e à Deputada Naluh Gouveia esse material da campanha Laço Branco e convidar o companheiro Cleiton Lubiano, que é o Coordenador da campanha do Laço Branco da Rede Acreana de Mulheres e Homens para falar mais sobre essa campanha..

(Sem revisão do orador)

Sr. CLEIBER NOGUEIRA – Bom dia a todos. Eu gostaria de me desfazer um pouco da formalidade. Fui pego de surpresa, pois estou chegando agora e não havia programado nada para falar aqui, mas é uma oportunidade muito boa e na verdade, sempre buscamos essas oportunidades para, cada vez mais falar em ações positivas, sobretudo ações que tem um propósito tão importante que é o fim da violência contra a mulher. Eu acho que poderia falar um pouco da Campanha do Laço Branco, levando em conta a questão histórica. É sempre importante relembrar o que temos programado para esse final de ano, aqui para o Acre, Brasil e também para o Fórum Social Mundial. A Campanha do Laço Branco começou em 91, lá no Canadá, motivada por um episódio trágico que houve na Escola Politécnica de Montreal em 1989. Na ocasião um jovem de 25 anos, entrou numa das salas do curso de Engenharia Civil, ordenou que os rapazes se retirasse da sala e à queima roupa, matou quatorze mulheres, depois suicidou-se. Os policiais encontraram no quarto do assassino um bilhete dizendo que ele tinha feito aquilo porque não admitia mulheres num curso de Engenharia Civil que é considerado, tradicionalmente, masculino. Esse episódio gerou um debate no Canadá sobre os homens serem ou não naturalmente violentos. Foi um ato extremo de violência de gênero, não admitir mulheres estudando, participando, tornando-se profissionais em uma atividade especificamente masculina. Então, um grupo de homens sensibilizados, com o que havia acontecido, em 1991, decidiram fazer a campanha do "Laço Branco", pelo fim da violência contra a mulher. A ideia é muito simples e interessante: convidar outros homens a não serem autores de atos violentos contra a mulher e a elas, a não ficarem caladas diante dessa violência, ou seja, não serem cúmplices. Do Canadá se espalhou por diversos países e, hoje, nós sabemos que existem mais de 35 países que trabalham com a campanha. Ela tem caráter descentralizado, ou seja, em cada país ela chega e assume várias caras.

Recentemente teve uma reunião em Recife, onde o criador da campanha falou que tinha encontrado material da campanha na Índia. É algo interessante porque isso tem feito que ela tenha uma difusão ampliada.

Em 2002 houve a primeira reunião do comitê gestor da Campanha do Laço Branco no Brasil que seriam seis entidades, que já trabalhavam desde 2001 na campanha; três de São Paulo, duas do Rio de Janeiro e uma de Pernambuco. No momento em que a Rede Acreana de Mulheres e Homens entrou também neste Comitê gestor, nós passamos atuar em redes, utilizando alguns instrumentos que facilitavam então a difusão da campanha. Criamos o site do Laço Branco, que já existe desde 2002, temos, pelo menos, uma reunião por ano para discutir as ações da campanha, sejam coletivas, gerais ou pontuais, que acontece em todo País.

Aqui no Estado do Acre tivemos a primeira ação em 2002, na UFAC, onde fizemos parcerias com a Secretaria da Juventude e outras ONGs; lá fizemos uma manifestação muito interessante, distribuímos material e à noite houve um show com o Sergio Souto. Envolvemos gente jovem da Secretaria da Juventude, universitários, pessoal da rede acreana e parcerias.

Em 2003, fizemos atividades muito mais interessante aqui no Estado, que fizeram a diferença. Quanto aos outros Estados que trabalham com a campanha, foi um Projeto especificamente Estadual. Nós elaboramos um projeto estadual e por sorte tivemos parcerias. A Secretaria de Segurança e Justiça do Estado do Acre foi uma das principais parcerias e contribuiu muito com a reprodução de material que foram blusas, folder, filipetas. Outros Secretários e ONGs também participaram das atividades do ano passado.

Este ano então nós estivemos em uma reunião, no mês de março, lá no Rio de Janeiro, e decidimos, entre outras coisas, que iremos trabalhar com Universidades e escolas de segundo grau, pois achávamos que seria interessante envolver o público universitário e secundaristas, sobretudo os jovens secundaristas, porque acreditamos que estão na adolescência, fase em que podemos rever muito mais facilmente todos os papéis sociais que são postos. E, assim sendo, tivemos uma reunião, semana passada com algumas parcerias, ONG's novamente, pessoal de secretarias e universidades. Então resolvemos fazer uma rápida capacitação com quem se interasse, com o objetivo de que essas pessoas pudessem promover debates em escolas de segundo grau e universidades, conforme tínhamos pensado.

Promovemos oficina, e ainda teremos um segundo momento, neste sábado, e a partir da semana que vem essas pessoas poderão ir às universidades e escolas de segundo grau. Além disso, teremos uma passeata no dia 06 de dezembro, alusiva à campanha do Laço Branco que também faz parte da campanha dos dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência, contra a mulher.

O MAMA é também uma representação aqui no Estado do Acre, aliada à campanha pelo fim da violência, da Secretaria Estadual de Segurança, articulada por outras secretarias, em âmbito nacional. Então, a nossa intenção é somar forças a essas várias campanhas, para que possamos dar um impulso e uma visibilidade maior a essa questão.

Ano que vem estaremos trabalhando no Fórum Social Mundial, haverá um seminário que será promovido pela campanha do Laço Branco e pela Rede de Homens, visando tratar da equidade de gêneros, questão essa que foi discutida no Recife no mês passado, como uma forma de ampliar as discussões não só sobre a violência psicológica, física e sexual, mas também outros temas que envolvem gêneros, e a primeira discussão está aliada a questão do aborto.

Gostaria de dizer, que acabamos de criar a rede de homens pela equidade de gêneros que pretende trabalhar com a campanha do Laço Branco; isso continua sendo a principal ação, principal produto, mas também será tratado outros temas afins.

(Sem revisão do orador)

MARA VIDAL (Secretária da Mulher) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Naluh, nossa companheira nessa caminhada da luta do movimento das mulheres, bom dia a todos. Quero me reportar um pouco sobre a violência contra a mulher aqui no Acre.

Eu tive a felicidade de participar, na década de 80, junto com a Concita, a Terezinha Mansour, Raimunda Bezerra e tantas outras mulheres, da implementação dessa discussão. Isso era uma coisa que incomodava as mulheres.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos, fez a primeira pesquisa de dados sobre a questão da violência e a Rede Acreana

nasceu trazendo pessoas de fora para discutir essa problemática da violência contra mulher.

O Acre foi muito feliz lançando-se como o terceiro Estado a criar o movimento de mulheres. Então nós temos a nossa história e estamos em constante alerta, para que as mulheres deixem de ser violentadas. Eu lembro que em 89 três mulheres foram mortas em diferentes locais públicos e os maridos cometem suicídio, isso para nós do Movimento de Mulheres foi uma coisa assombrosa.

Ao longo da história, o Movimento conseguiu que estas respostas viessem a ser dadas; as mulheres estão mais conscientizadas. E hoje nós temos um grande número de mulheres procurando Delegacias, as próprias ONGs. Isso é fruto de um trabalho de conscientização, um trabalho de denúncia que não acontece somente no dia vinte e cinco de novembro.

Temos um trabalho que é feito pelas ONGs com o apoio da Secretaria através das advogadas, da própria Vânia na Delegacia da Mulher, temos parceiras com os Governos Estadual e Federal, nessa campanha dos dezesseis dias de ativismo. E aproveitando o momento, quero convocar a Assembléia, já que nós começamos hoje essa campanha, para participar dessas atividades.

No fórum de amanhã, nós queremos levantar propostas para gerar mudanças nessa situação e quero convidar a participação dos Deputados que são formadores de opinião e são homens, porque a violência contra a mulher, infelizmente, é cometida pelos homens. Então é preciso uma ação diferenciada, e os homens que não são violentos não devem ter medo de entrar nesta caminhada, muito pelo contrário, têm é que evidenciar e não é só com um gesto de um botão não. V. Exas são bem sucedidos, de posição na sociedade, e podem colaborar para acabar com a violência contra a mulher, porque uma sociedade violenta não tem desenvolvimento.

O nosso Estado vai tão bem em tantas áreas, tem feito parcerias excelentes e serve de espelho para o Brasil, com por exemplo, na questão do ambiente, do desenvolvimento sustentável, então temos que ser exemplo, também nessas ações de não violência contra a mulher.

Então, convidamo os Deputados e todos os homens aqui presentes, a fazerem essa adesão, não só no dia de hoje, mas no cotidiano. Sabemos que sem essa parceria não será possível mudar o nosso País para melhor. A violência contra a mulher acaba com a harmonia da família. A família fica desestruturada. Oxalá os Deuses, que chegue o dia em que nós mulheres não precisaremos ir mais para Casa Mãe da Mata, e chegue o dia em que nós mulheres não precisaremos encaminhar nossas companheiras para a Delegacia da Mulher. Nesse dia teremos uma sociedade sadia, com igualdade, uma sociedade que respeita efetivamente as diferenças, que usa o afeto como um sinal de bem estar, não como sinal de fraqueza.

A Deputada Naluh coloca que, muitas vezes, nós temos que gritar, bater na mesa, mas nós queremos acabar com essa forma de relacionamento, pois bater na mesa não é uma forma de demonstrar poder. Para nós mulheres, isso é uma forma de demonstrar nossas fraquezas e nós queremos converter os sinais de afetos, que os homens também podem demonstrar, não só quando chegam, quando nos cumprimentam, mas em várias outras formas. Queremos que essa forma, essa manifestação esteja presente na vida e no nosso cotidiano, de mulheres e homens.

Então, convidamo V. Exas e quero dizer que o Governo do Estado também fará sua parte, conforme recomendação do Cedim, que é o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, que é formado por ONGs e instituições governamentais, tais como: Seprof, Seater e Sejusp. Estou conversando com todos os Secretários para fazermos entre os dias 6 e 10 uma parada pelo fim da violência contra a mulher.

Então, Secretário Fernando Melo, queremos sua adesão desde já; ainda não conversamos mas, com certeza, assim como você tem sido parceiro nessa caminhada, a Secretaria de Comunicação entra hoje, também, com as vinhetas na rádio com uma recomendação do Conselho e também o material de propaganda. E eu espero a adesão não só em palavras, mas também em atitudes. Convidamo todos os homens e mulheres desse Estado a dizerem um basta a violência e darmos as mãos por uma sociedade com respeito as diferenças, uma sociedade que tenha na sua essência a paz e o afeto. O afeto é essencial para nossa qualidade de vida.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Gostaríamos de pedir desculpas, porque têm alguns companheiros que queriam fazer uso da palavra, mas houve um entendimento entre os Parlamentares para que a palavra fosse destinada apenas para estas quatro pessoas. E também o Secretário de Segurança, encontra-se neste Poder, atendendo convite dos Parlamentares, para tratarmos a respeito dos flanelinhos.

Gostaríamos de ler aqui um FAX encaminhado pela nossa Deputada Federal Perpétua Almeida, que diz:

Brasília, 25 de novembro de 2004.

Ilmo. Sr.
Deputado Sérgio Oliveira
Presidente da Assembléia Legislativa do Acre

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o, saúdo a todos os presentes neste importante momento do Parlamento Acreano, onde o Grande Expediente transforma-se em espaço para debater questões relacionadas à violência contra a mulher.

Em todo território nacional atividades semelhantes reportam-se ao Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres. Esta Campanha, que é realizada desde 1991 em todo mundo, tem neste ano o slogan “Pela Saúde das Mulheres, pela saúde do mundo, basta de violência”.

Realizamos Sessão Solene no Congresso Nacional onde Deputadas e Senadoras emitiram opiniões buscando fortalecer e inovar políticas públicas e ações governamentais que possam dar respostas às mazelas que afligem as mulheres.

Felictico os Deputados Estaduais, em especial às Deputadas pela grandiosa iniciativa. Saúdo todas as companheiras presentes que combatem a violência que submete as mulheres à desilusão, à humilhação, à vergonha, ao constrangimento, medo, dor e risco.

Violência contra a mulher em nenhum momento, em nenhum local!

Saudações,

Deputada Perpétua Almeida
PC do B/AC

Queremos agradecer, em meu nome e dos demais Parlamentares, a presença da Secretária da Mulher, na qual eu saúdo todas as mulheres presentes e desde já nomeio a Deputada Naluh Gouveia, para representar a Assembléia neste Fórum, ora citado pelas companheiras.

Quero aqui registrar e pedir desculpas pela ausência da Deputada Antonia Sales, que se encontra em São Paulo representando este Poder.

Este Parlamento estará sempre de portas abertas para que possamos tratar todo e qualquer assunto de interesse das mulheres do nosso Estado.

Está suspensa a sessão. (PAUSA)

Reaberta a Sessão, dado o adiantado da hora, enceramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

Diversos

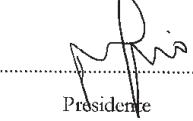
Ata da 81ª Sessão Ordinária Deliberativa da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

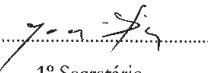
Realizada em 24 de novembro de 2004.

Presidência: Deputado Sérgio Oliveira

Secretaria: Deputado Moisés Diniz

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado Sérgio Oliveira, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, Secretariada pelo Deputado Moisés Diniz, Secretário, em exercício, presentes os Deputados Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueiredo e Ronald Polanco, do Partido dos Trabalhadores – PT; Edvaldo Magalhães, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; Delorgem Campos e Francisco Viga, do Bloco Socialista Cristão – BSC; Hélio Lopes, do Bloco Liberal Trabalhista – BLT; Helder Paiva, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; José Vieira, do Partido da Frente Liberal – PFL; José Bestene, do Partido Progressista – PP; Tarcísio Medeiros, do Partido Popular Socialista – PPS; ausentes os Deputados Taumaturgo Lima, Elson Santiago, José Luís, Nilson Areal, Roberto Filho, Antonia Sales, Chagas Romão, Luiz Gonzaga, Luiz Calixto e Nogueira Lima, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior foi à mesma aprovada sem restrições. O Expediente do Dia constou de: OF/Incr/SR 14/G/N. 1 088/2004, do Superintendente Regional Substituto, João Taumaturgo Neto, em resposta ao Ofício N. 399/GABP/2004; Ofício N. 146/GAB/Funasa/Core-AC/2004, do Substituto Eventual do Coordenador Regional da Funasa/Core-AC, em resposta ao OF/400/GABP/2004; OF/Gab/NA. N. 76/2004, do Chefe de Gabinete do Deputado Nilson Areal, Narcélio Neto, comunicando que o referido Deputado não participará das Sessões dos dias 24 e 25 de novembro do corrente ano, pois estará em Brasília, discutindo as Emendas Parlamentares individuais e coletivas ao Orçamento Geral da União – Exercício 2005, para o Município de Sena Madureira; Indicação N. 119/2004, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Banco do Brasil, a implantação no sistema do referido Banco, o financiamento e/ou empréstimo CDC – Saúde, com a taxa de consignação em folha, para Funcionário Público Estadual e/ou Municipal; Projeto de Lei N. 53/2004, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, o qual “Assegura aos professores da rede estadual de ensino que tenham cumprido o tempo mínimo de exercício no magistério para fins de aposentadoria a opção de exercer atividades fora da sala de aula, e dá outras providências”. Aberto o Pequeno Expediente, usaram da palavra os Deputados Naluh Gouveia, do PT; Edvaldo Magalhães, Líder do Governo; e José Vieira, Líder do PFL. Aberto o Grande Expediente, não houve oradores inscritos. Aberta a Ordem do Dia, não houve Matéria a ser apreciada. Aberta a Explicação Pessoal, o Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, convidou os Parlamentares para uma reunião no Plenário desta Casa, para tratar de assunto de interesse dos Parlamentares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, encerrou a presente Sessão, precisamente, às dez horas e trinta minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar eu, *[Assinatura]*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente


1º Secretário

.....
2º Secretário

COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Deputado Edvaldo Magalhães (BPM) (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Gonzaga

TITULARES:
 Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Nilson Areal (BLT) José Luís (BSC)

SUPLENTES:
 Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Francisco Viga (BSC) Helder Paiva (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Deputado Helder Paiva (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Nilson Areal (BLT)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Delorgem Campos (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nilson Areal (BLT)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
 Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Helder Paiva (PSDB)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Roberto Filho (BLT) José Luis (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)
Vice-Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)

TITULARES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Hélio Lopes (BLT) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
 Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Luiz Calixto (PDT) Roberto Filho (BLT) Tarcisio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Deputado Delorgem Campos (BSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Tarcisio Medeiros (PPS) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) José Luis (BSC) José Bestene (PP) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30hs
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão (PMDB)

TITULARES:
 Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM)

Roberto Filho (BLT)
Tarcisio Medeiros (PPS)

SUPLENTES:
 Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Roberto Filho (BLT) Luiz Calixto (PDT)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Calixto (PDT)

TITULARES:
 Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Tarcisio Medeiros (PPS) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
 Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
 Deputados: Naluh Gouveia (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) José Vieira (PFL) Tarcisio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Valmir Figueiredo (PT)
Vice-Presidente: Deputado José Luis (BSC)

TITULARES:
 Deputados: Luiz Gonzaga (PSDB) Chagas Romão (PMDB) Elson Santiago (BPM)

SUPLENTES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) Helder Paiva (PSDB) Delorgem Campos (BSC)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Hélio Lopes (BLT)

TITULARES:
 Deputados: Luiz Calixto (PDT) Delorgem Campos (BSC) Juarez Leitão (PT)

Suplentes:
 Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Valmir Figueiredo (PT) Nogueira Lima (PSC) Francisco Viga (BSC) Nilson Areal (BLT)

DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Secretaria Executiva

Editado pela:

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Diretor Responsável:

CARLOS AUGUSTO COÉLHO DE FARIAS

Inscrição DRT/AC/Nº03/97

Redator-Chefe:

C.A.C. DE FARIAS

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social

Composto e impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335